

MPE ajuizou 5 Ações contra estacionamento

Ministério Público Estadual reafirma posicionamento no combate aos preços abusivos desses serviços particulares



ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
terça-feira • 22 de julho de 2014

Os promotores de Justiça **Cecília Nogueira Guimarães Barreto** e **Walter César Nunes Silva**, atuando em substituição na Promotoria de Defesa do Consumidor, reafirmaram ontem o posicionamento do Ministério Público de Sergipe no combate aos preços abusivos impostos pelos estacionamentos particulares de Aracaju. Até agora foram ajuizadas cinco ações civis públicas contra cerca de 20 empresas do setor. Já existem

três decisões liminares favoráveis aos consumidores.

O caso chegou ao Ministério Público Estadual (MPE) através de denúncias formalizadas junto à Ouvidoria. Procedimentos foram instaurados para apurar as manifestações de insatisfação pela forma como a cobrança vinha sendo efetuada: por turno e não por fração de tempo, o que permitiria aferir a efetiva utilização do serviço. Após ações de fiscalização promovidas pelo Procon Municipal, algumas empresas passaram a

aplicar o antigo valor do turno – que correspondia a 4 ou até 6 horas de estacionamento – para a primeira hora, acrescentando R\$1,00 a cada hora subsequente. A nova prática trouxe ainda mais incômodo aos usuários.

• Parâmetro

De acordo com os promotores de Justiça, “o MPE entende por equivocado o novo critério encontrado pelos estabelecimentos de fixar o valor antigo, relativo ao pagamento por turno, como primeira hora,



DE ACORDO COM INFORMAÇÕES DO MPE, EXISTEM TRÊS DECISÕES LIMINARES FAVORÁVEIS AOS CONSUMIDORES

acrescendo R\$ 1,00 às demais, tendo em vista que nessa solução não há respeito à equiva-

lência de preço fracionado ao que era adotado como valor por turno”. Os Agentes Ministeriais explicaram ainda que “a livre iniciativa está limitada constitucionalmente à obediência ao direito do consumidor (art. 170 da Constituição Federal) e que os estabelecimentos necessitam informar previamente o valor da hora, para que os clientes tenham um parâmetro que lhes permita verificar o valor devido com base no tempo de permanência, não havendo vinculação ao

pagamento mínimo de uma hora, mas sim ao que efetivamente for utilizado”.

Algumas empresas ainda respondem a procedimento extrajudicial na Promotoria do Consumidor. O Ministério Público analisa a possibilidade de acioná-las judicialmente. Após o cumprimento e juntada das intimações já expedidas aos réus, o MP executará as multas diárias determinadas pelo Poder Judiciário, em caso de descumprimento das decisões.



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
terça-feira 22 de julho de 2014

Juliana Moura

Proibido pelo Ministério Público do Estado (MPE) de aplicar a eutanásia desde janeiro do ano passado por questões ambientais e de legislação, o Centro de Controle de Zoonoses de Aracaju (CCZ) está tentando firmar uma parceria com o Departamento de medicina veterinária da Universidade Federal de Sergipe (UFS) para que a unidade de ensino, caso seja necessário, possa aplicar a dose letal em animais com leishmaniose, conhecida como calazar. Somente este ano, segundo informações do CCZ, 20 pessoas foram infectadas pelo mosquito transmissor da doença e duas foram a óbito.

De acordo com Cristiane Remígio, coordenadora do CCZ, há uma preocupação social porque o Centro não está aplicando a eutanásia, seguindo a determinação do MPE, e pode ter animais infectados pelas ruas da capital, principalmente cães, e na própria residência da população.

“Normalmente, quando o dono de um animal procura o Centro porque há a suspeita de calazar, orientamos que o animal seja levado para uma clíni-

ca particular, mas estamos preocupados porque nem todo mundo tem condições financeiras de pagar a eutanásia ou um tratamento. E, além disso, podem ter animais infectados pelas ruas. Por isso, estamos tentando uma parceria com a UFS para que os animais confirmados com calazar possam receber a eutanásia na universidade”, explica.

• **Números**

Ainda segundo Cristiane Remígio, o número de pessoas com calazar vem aumentando ao longo dos anos. “Queremos concretizar em breve essa parceria para que a população possa ficar longe dessa doença que pode ser fatal. Este ano 20 casos foram registrados e duas pessoas foram a óbito. Isso é preocupante. Apesar de não ser uma doença contagiosa, a transmissão ocorre através da picada do mosquito infectado e é importante que os animais de estimação não estejam contaminados”, diz.

Já sobre as condições estruturais do CCZ, a coordenadora informa que o processo de reforma do Centro para que ele volte a realizar a eutanásia já está em andamento. “O orçamento para a reforma já está fechado e vamos entrar em breve em processo de licitação.

Mas precisamos encontrar uma solução para a questão do calazar até o Centro ficar totalmente pronto. Do jeito que está não pode continuar”, conclui Cristiane.

• **Calazar**

A transmissão do parasita ocorre apenas através da picada do mosquito infectado e os sintomas mais comuns são fraqueza, perda de apetite, ema-

grecimento, anemia, palidez, aumento do baço e do fígado, problemas respiratórios, diarreia e sangramento na boca e nos intestinos.

Para evitar a presença do mosquito, que vive nas proximidades das residências e em lugares úmidos, escuros e com acúmulo de material orgânico, recomenda-se que

a população mantenha a casa limpa e o quintal livre de criadouros de insetos. É aconselhado, por exemplo, colocar telas nas janelas, embalar sempre o lixo e, principalmente, cuidar bem da saúde dos cães porque eles podem se transformar num reservatório doméstico do parasita.